

## **Questões de estratégia de Desenvolvimento Regional. A Grande Ogiva do Sul**

A economia portuguesa continua a não mostrar capacidade de convergência com as outras economias europeias e a acumular desequilíbrios estruturais, aumentando a possibilidade de virem a engrossar os efeitos, a curto prazo, de uma descontinuidade na sua linha de evolução, como a SaeR tem vindo a alertar, também neste Relatório.

Com efeito, ao longo das últimas quatro décadas, a sociedade portuguesa passou por vários pontos de mudança, que poderiam ter sido pontos de modernização, mas que acabaram por se tornarem pontos de acumulação de desequilíbrios e tendências de crise, conduzindo a sociedade portuguesa para um novo ponto de descontinuidade.

Esta realidade, que se torna cada vez mais visível, obriga a repensar do modelo de desenvolvimento, abrindo a oportunidade de criação de um novo paradigma de racionalização estratégica, que, para uma economia com um pequeno mercado interno, como a portuguesa, deverá abandonar o padrão de economia completa e explorar o modelo de economia de sectores, tendo como consequência uma maior exigência de crescimento da produtividade em todas as actividades económicas, na medida em que a especialização em sectores implica relações de competitividade na escala regional ou global.

A análise de cenários para a economia portuguesa, avançada pela SaeR já em 2001, aponta como mais provável um cenário de continuidade e afinamento, por dificuldade de ajustamento às novas condições estratégicas dos mercados abertos e de escala regional ou mundial. Para que seja possível a concretização de um cenário alternativo de transformação e afirmação é essencial uma revisão profunda dos modos de formação da decisão estratégica em Portugal, de forma a promover a modernização dos comportamentos sociais.

Os cenários possíveis para o futuro imediato da economia portuguesa distinguem-se em função da capacidade de realização e da visão estratégica, sendo que o de Afirmação Estratégica pressupõe uma visão estratégica adequada e uma alta capacidade de realização, que possam conduzir à reinvenção da economia, da sociedade e da política em Portugal, colocadas agora num quadro novo, em que a escala de referência passa a ser o mercado regional ibérico e europeu e a configuração das actividades económicas está integrada na formação de redes de empresas e dos correspondentes movimentos de tecnologias e de capitais, uma vez que, no padrão de modernização da globalização competitiva, e qualquer que seja o sector considerado, o espaço nacional é apenas a plataforma que se coloca à disposição de uma rede estratégica que se estende no espaço mundial.

Tendo de enfrentar múltiplos factores de descontinuidade neste início do séc. XXI, a economia portuguesa terá de procurar valorizar os activos e as potencialidades que apresentem elevado potencial de crescimento e fazer deles os vectores directores da configuração do sistema económico. Infelizmente, não são muitos os sectores de actividade onde Portugal pode aspirar a ter um papel de inovação, tanto do ponto de vista tecnológico, como do ponto de vista de organização de empresas que satisfaçam as exigências da competitividade em escala global. A SaeR identificou cinco, que tem vindo a desenvolver e a chamar a atenção para a sua condição de domínios com elevado potencial de desenvolvimento: turismo, ambiente, cidades e desenvolvimento, serviços de valor acrescentado e o hypercluster da economia do mar.

Com efeito, além dos efeitos do alargamento a Oriente da UE, e da turbulência causada pela recomposição de poder no Sistema Económico Mundial e no Sistema de Relações Internacionais em curso, a década 2008/2018 está a configurar-se como um período crucial do processo de Desenvolvimento Económico e Social (DES) para Portugal pela convergência de vários factores, desde logo (e além da definição da trajectória da economia portuguesa na sequência do cenário de definhamento herdado da viragem do séc. XX/XXI e do desenrolar de uma descontinuidade na economia portuguesa sofrendo a pressão da globalização competitiva) a vigência do QREN e a execução de um volume significativo de investimento público (Aeroporto de Lisboa, TGV, ...).

Será também no decurso deste período que algumas linhas de fundo que no presente são apenas latentes virão a manifestar-se, desde logo o resultado do evoluir da tensão inter-sectorial do processo de DES, nomeadamente os efeitos da reestruturação da economia portuguesa; as repercussões, em termos de expressão espacial, da evolução estrutural; o peso da demografia e os respectivos efeitos sobre o sistema de protecção social e a clarificação de quais os domínios de potencial estratégico que se afirmarão. Importa pois neste momento encontrar a visão estratégica adequada a esta fase de decisões importantes que, congregando uma alta capacidade de realização, permitam a Portugal inverter a tendência de perda de oportunidades de modernização e desenvolvimento de que se tem feito vítima nas últimas décadas.

### **DES nacional e possibilidade de modernização regional**

O desenvolvimento é, pela sua natureza, a gestão e a geração da mudança, da inovação. Com efeito, não existe desenvolvimento quando não há inovação.

Possuir uma estratégia de desenvolvimento significa, assim, dispor da ambição adequada à alteração das condições existentes, de modo a gerar processos de transformação que conduzam a níveis superiores de modernização.

As sociedades fechadas e delimitadas por fronteiras que existiram na Europa até ao início do processo de construção europeia, tiveram sempre como espaço de referência o espaço nacional, estando as capacidades de desenvolvimento de estratégias autárquicas dependentes da sua relação com a capital nacional. Em Portugal, este modelo tradicional de sociedade manteve-se ainda até meados da década de 80, mas, com a integração europeia e a criação de um espaço integrado europeu, o espaço de referência para os projectos municipais portugueses passou a ser também o espaço europeu integrado.

Por outro lado, o processo de globalização competitiva que tem vindo a consolidar-se também ao longo das últimas décadas provocou a desmaterialização do conceito de espaço, criando novos conceitos de espaço, onde se tornam relevantes não apenas as cidades em si mesmas, mas também as cidades enquanto pontos inseridos em redes interligadas.

Neste quadro, as cidades viram alterar-se também o seu próprio conteúdo teórico, passando de uma abordagem tradicional, em voga sobretudo na segunda metade do séc. XX, onde a cidade era encarada como uma entidade geradora de bem-estar e consumo (um espaço organizado em função de qualidade de vida, ambiente, espaço disponível, lazer, conforto, etc.), para a exigência de se conceber agora sobretudo como entidade de produção e geradora de riqueza, isto é, um ponto que atrai, concentra e agrega capacidades, tecnologias e capitais geradores de riqueza, organizando-se potencial e mesmo obrigatoriamente – para as cidades médias, sem capacidade de afirmação global – em redes de cidades, assumindo dessa forma uma nova relevância enquanto pontos de acumulação de riqueza, constituindo plataformas económicas de primeiro plano, na medida em que são pontos de atracção e concentração de recursos qualificados que oferecem consistência, diversidade e flexibilidade para a localização de actividades económicas.

Neste contexto, a configuração actual das cidades, e por maioria de razão das regiões portuguesas, é ainda o resultado de condições que estão em vias de deixar de existir, pelo que se impõe a necessidade de observação atenta e de avançar para novas configurações com vista ao desenvolvimento e à modernização. A necessidade de dispor de uma estratégia de modernização não é, hoje, uma questão de escolha, mas, pelo contrário, uma imposição das circunstâncias: uma questão de sobrevivência.

A consciência de que os benefícios do progresso económico e social devem ocorrer de forma equilibrada entre as diversas regiões levanta a questão do desenvolvimento regional, traduzida pela verificação de diferenças inter-regionais de alguns indicadores (PIB *per capita*, taxa de desemprego, atracção/repulsão,

densidade populacional, etc.), que permitem delimitar regiões-problema, esperando-se que, progressivamente, se possa solucionar essas situações, promovendo-se um desenvolvimento espacialmente equilibrado, reforçando a coesão nacional.

Neste âmbito, um dos temas dominantes para o desenvolvimento e a coesão económica e social de Portugal no 1º quartel do séc. XXI é o potencial de dinamismo do espaço ao Sul do Tejo, e muito especialmente toda a região do Alentejo, cujo conceito de leitura teórica central foi formulado pela SaeR em 2002: a Grande Ogiva do Sul.

A definição geográfica da cidade de Lisboa/AML tem vindo a ser alterada pela evolução da própria definição de cidade, nomeadamente por acção da evolução de factores como as acessibilidades e transportes, por um lado, e a evolução em termos de população, no que se refere à sua qualidade (habilitações literárias, tipo de profissionalização) mas sobretudo no que se refere à quantidade de população que procura esta zona para se instalar, por outro lado.

A passagem de “Lisboa, cidade na margem Norte do Tejo”, para “Lisboa, cidade atravessada pelo rio Tejo” é a evolução natural e essencial para que Lisboa tenha a possibilidade de reunir a massa crítica humana polivalente necessária para ombrear com as cidades europeias com quem se encontra em concorrência aberta pela capacidade de prestação de serviços (a entidades estrangeiras ou nacionais) e em capacidade de; atracção de investimentos e obtenção de rendimentos e subsídios – em resumo, pela sua inserção nas redes das grandes cidades e de alguns dos principais circuitos de actividades e fluxos que se desenham a nível europeu (e internacional).

O conceito de região metropolitana englobando os contínuos urbanos envolventes das duas margens do Tejo e espaços mais directamente dependentes, confere à AML uma dimensão territorial que faz com que a AML seja entendida, já não como uma estrutura centrada e dependente de Lisboa, mas como todo um complexo territorial onde cada vez mais funções de articulação inter-regional e de organização e equilíbrio da região metropolitana ficam a cargo da periferia metropolitana, pelo que a cidade de Lisboa deixa de ter o estatuto de espaço central da estrutura metropolitana (que passa a ser o estuário do Tejo), embora continue como núcleo principal da AML.

Esta evolução, associada à da Península de Setúbal enquanto interface de todo o Sul e da abertura ao eixo Alqueva/Badajoz (zona próxima da AML por via da melhoria das acessibilidades) permite-nos, assim, constatar a existência de uma “Grande Ogiva do Sul” que se extingue no Algarve, tendo por flanco esquerdo o Litoral Alentejano, por flanco direito o eixo Alqueva/Badajoz, e como vértice Norte a margem Sul de Lisboa.

### A grande Ogiva do Sul

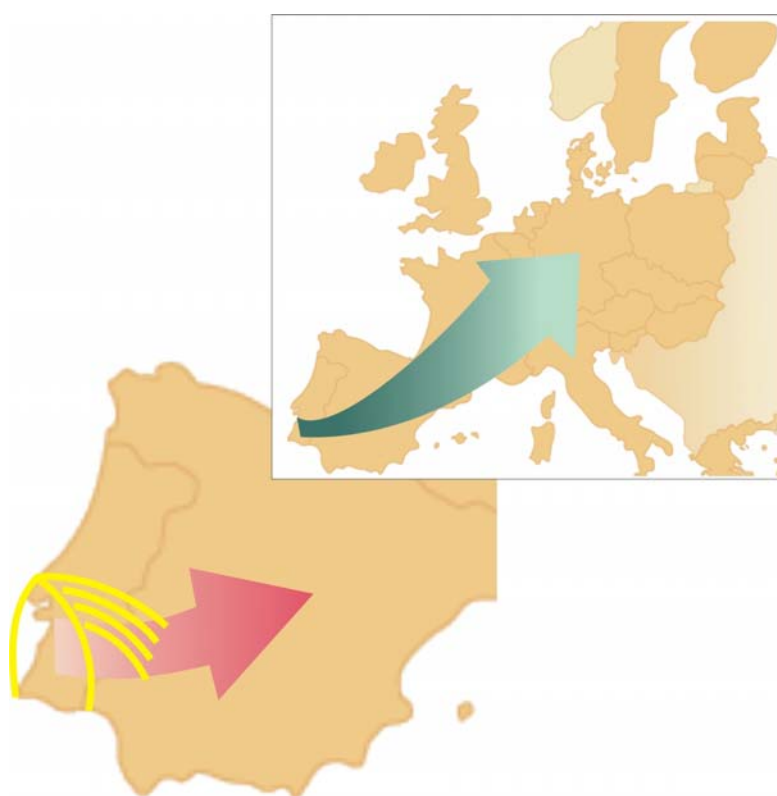


A grande transformação geopolítica a que a margem Sul do estuário do Tejo (toda a zona de Almada/Seixal até Vale de Zebro) assistiu, e da qual beneficia, consiste no facto de este ponto de atracção ter passado a ser o início, a partir do Sul de Lisboa, da grande zona de expansão aberta ao crescimento, um espaço emergente, motor de reconversão e crescimento.

O projecto de construção do novo Aeroporto de Lisboa neste ponto de abertura a Sul, favorecendo o desenvolvimento de uma verdadeira plataforma de serviços com base no estuário do Tejo e beneficiando da confluência de várias redes de transporte (rodoviário e ferroviário) proporcionando também fácil acessibilidade ao porto de Sines e a Lisboa, bem como a aposta no desenvolvimento da capacidade do Porto de Sines como pólo de atracção do transporte marítimo de mercadorias e plataforma de comunicação entre o Atlântico (Sul e Norte) e a Europa, constituem projectos relevantes para fornecer a este espaço uma funcionalidade capaz de promover o crescimento económico sustentado desta área, potenciando todo o seu desenvolvimento.

A concepção desta Grande Ogiva do Sul de Portugal baseia-se assim na análise geopolítica de toda a região por ela compreendida, tendo como área de referência relevante (isto é, a expressão geográfica do espaço de referência em estudo, ou seja, a área que inclui os espaços que podem influenciar ou ser influenciados pelos desenvolvimentos que nele forem empreendidos) primária a sua extensão para Este, para a Extremadura/Andaluzia com base de apoio no Alentejo, e num segundo arco de relevância, para a Europa:

#### ARR da Grande Ogiva do Sul



Desta forma, assumem especial relevância, enquanto pontos de apoio e de atracção as cidades desta região – desde logo Setúbal, Sines, Évora, Beja, e Portalegre, na sua articulação com Lisboa e toda a região algarvia.

Assim, uma avaliação geral permite configurar uma hipótese prospectiva com os seguintes contornos:

- após décadas em que a leitura intuitiva sobre o futuro do Alentejo foi , (e, de alguma forma, ainda é) a de que: “não se pode condenar 1/3 do País ao subdesenvolvimento”, no 1º quartel do séc. XXI prospectiva-se uma leitura de “a Grande Ogiva do Sul, conceito-chave de propulsão do dinamismo do Alentejo”; e

- ♦ em termos de adaptação às realidades da economia mundial num contexto de globalização competitiva, o Alentejo constitui o espaço com maior potencial de desenvolvimento em relação ao conjunto de Portugal

Consequentemente, na elaboração da estratégia de desenvolvimento futuro (1º quartel do séc. XXI) do Alentejo, importa:

- ♦ Não repetir modelos do passado meramente reprodutores da situação – e assentes no simples investimento em infraestruturas;
- ♦ Assentar a arquitectura teórica da definição estratégica na exploração, em profundidade, do conceito de microgeopolítica do conjunto do Alentejo e de cada uma das suas cidades;
- ♦ Colocar, decididamente, a estratégia de desenvolvimento do Alentejo (sob a orientação geral da visão da “Grande Ogiva do Sul”) para além do quadro fechado da economia nacional e situá-la no seu contexto real da economia global (nas novas condições do 1º quartel do séc. XXI), com especial incidência na sua ARR (Península Ibérica e UE).

Afigura-se-nos que, a partir da configuração estratégica estabelecida a partir daquelas 3 linhas de fundo, o potencial de desenvolvimento da “Grande Ogiva do Sul” passará de conceito teórico de base geopolítica para ponto de partida de um impulso vigoroso e sustentado sobre o desenvolvimento económico e social.